

GÊNESE E EVOLUÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA GAÚCHA

Área temática: Finanças Públicas

Elis Renner Bandeira *

Tatiana Rodríguez **

RESUMO

O presente artigo, partindo de uma análise histórica do contexto político e econômico rio-grandense, tem por objetivo sintetizar informações a respeito do endividamento gaúcho. A análise é decorrente de variáveis que mensuram o crescimento e os investimentos do estado, de uma revisão da literatura existente sobre o assunto, reportagens e anuários da dívida. O estudo mostra que o Rio Grande do Sul foi prejudicado por parte das políticas federais, tendo assim que encontrar meios alternativos de viabilizar o desenvolvimento econômico interno. Desta forma o saneamento dos investimentos em infra-estrutura e a correção dos pontos de estrangulamento da economia são a causa da dívida pública estadual. Entretanto com o esgotamento do modelo a dívida pública tornou-se um entrave ao desenvolvimento do Estado, visto que a possibilidade de novos investimentos está comprometida.

Palavras-Chave: Dívida pública; Rio Grande do Sul; Governo Estadual.

* Elis Renner Bandeira, acadêmica do 7º semestre do curso de ciências econômicas na Universidade Federal do Pampa- UNIPAMPA, Campus Santana do Livramento. Rua Barão do Triunfo, 1048 – Sant’ana do Livramento – RS, Brasil.

Endereço eletrônico: elisrennerbandeira@hotmail.com

** Vivian Tatiana Rodríguez Yuane, acadêmica do 7º semestre do curso de ciências econômicas na Universidade Federal do Pampa- UNIPAMPA, Campus Santana do Livramento. Rua Barão do Triunfo, 1048 – Sant’ana do Livramento – RS, Brasil.

Endereço eletrônico: tatianarodriguezyuane@gmail.com

INTRODUÇÃO

Na segunda metade do século XIX o cultivo do café deu início a um novo ciclo de exportações brasileiro respaldado pela teoria das vantagens comparativas de Ricardo, que leva a especialização produtiva internacional. A dinâmica cafeeira foi a primeira a expandir-se para outros setores e regiões do país, tornando as economias das macrorregiões Sul e Sudeste dinâmicas e causando um processo de acumulação desigual, que ampliou a distância entre estas e as regiões Nordeste, Norte e Centro-Oeste (MATTEO & MENDEZ, 2011, p.262). O período em questão marca a maturação da primeira onda de urbanização e surgimento de um incipiente mercado interno.

Nesta época as políticas públicas tinham como foco o incentivo à produção de café como meio de ampliar a exportação nacional. Vale destacar que os tributos sobre exportação e importação eram os principais meios de arrecadação do estado. Essas políticas concentradas nas regiões mais dinâmicas culminaram num processo de diminuição da participação das regiões marginais ao cultivo do café (MATTEO & MENDEZ, 2011, p.262). Esse processo reflete a idéia de desenvolvimento da época. Dentro da ciência econômica “desenvolver” era diretamente e indiretamente um meio de justificar o sistema capitalista (SANTOS, *et al*, 2012, p. 48), ou seja, o crescimento econômico respaldava o sistema produtivo, “neste sentido, o desenvolvimento ricardiano decorre do montante de investimento que o capitalista aplica na unidade produtiva. Daí o problema conflituoso da economia capitalista, gerado pela relação entre taxa de lucro e taxa de salário” (SANTOS, *et al*, 2012, p. 48). Portanto como a produção que gerava lucro era o café o desenvolvimento brasileiro era medido através do crescimento das exportações do setor cafeeiro.

Além da desigualdade interna em crescimento, o modelo agroexportador também foi responsável pela depreciação dos termos de troca nacionais. O aumento da produção levou a redução do preço do café e provocou uma crise no modelo de crescimento nacional que induziu a ruptura do paradigma ricardiano. A crise cafeeira somada à crise internacional de 1929 mudou a dinâmica da economia do setor agroexportador para o industrial, o que alterou as políticas nacionais e a ação do Estado, antes viesado para o setor agroexportador e que se voltou para as demandas da classe industrial.

Para o Rio Grande do Sul o período de crescimento da economia brasileira, impulsionada pelo café, representou a expansão do mercado para os produtos cultivados no estado; neste sentido as políticas nacionais beneficiaram a economia local permitindo o crescimento da produção do mesmo, que era constituída primordialmente pelo beneficiamento

dos produtos locais. Com a mudança do paradigma econômico (do agrário para o industrial) a diferença entre o objetivo das políticas federais e a realidade estadual ocasionou a necessidade de solucionar os pontos de estrangulamento da economia gaúcha à industrialização, principalmente no setor de transportes e fornecimento de energia. A precária arrecadação do Rio Grande do Sul acarretou uma alta relação dívida/arrecadação, pois o meio encontrado para financiar o crescimento do estado foi o endividamento; entretanto esse saneamento inicial das necessidades internas gerou o esgotamento financeiro do estado, que chegou ao século XXI como a maior dívida do país.

Visto que a dívida constitui-se num forte entrave ao desenvolvimento do Rio Grande do Sul, o presente artigo tem como objetivo analisar a origem e evolução da dívida pública gaúcha, mais especificamente do período compreendido entre 1950 e 2012, a luz dos fatos históricos e da heterogeneidade entre as políticas federais e os interesses gaúchos.

A metodologia utilizada nesta pesquisa foi de caráter exploratório descritivo, pois busca primeiramente realizar uma revisão da literatura sobre o assunto para maior conhecimento a respeito da situação. Os dados da pesquisa tiveram como fonte o levantamento documental (artigos, reportagens, documentos oficiais e dados estatísticos). O estudo tem estilo qualitativo, pois mesmo trabalhando-se com dados numéricos, as análises (empíricas) basearam-se em interpretações feitas pelos pesquisadores envolvidos neste estudo.

O trabalho está dividido em cinco seções, além desta introdução, começa por descrever o contexto histórico e político no qual se desenvolve a dívida pública estadual e o impacto nas finanças gaúchas da política desenvolvimentista. A segunda seção destaca a influencia do período ditatorial no Brasil no Estado e conseqüentemente nas finanças públicas. Sucintamente a seção seguinte trata da década perdida e do processo de redemocratização no país, também relata o impacto dos programas nacionais de combate à inflação na dívida estadual, especialmente o Plano Real, responsável por um salto exacerbado do déficit gaúcho, que somente torna a estabilizar-se em 1998. O novo período de estabilidade da dívida é abordado na quarta seção. Finalmente são expostas algumas considerações finais a respeito dos temas tratados.

1- O NACIONAL DESENVOLVIMENTISMO E O MODELO DE SUBSTITUIÇÃO DE IMPORTAÇÃO NO RIO GRANDE DO SUL

A evolução da dívida do Rio Grande do Sul, em muitos momentos, é influenciada pelas políticas nacionais. A conjuntura econômica e as decisões políticas internas são fortemente subordinadas às decisões da União. O impacto dessas ações é relevante na medida

em que algumas políticas e decisões nacionais induzem o estado a mudanças no modelo de desenvolvimento vigente¹, uma dessas mudanças foi a adoção das políticas desenvolvimentistas e da substituição de importações no período em que a dinâmica econômica voltava-se para a indústria (PEREIRA & ARENDT, s/d, p.10). As políticas desenvolvimentistas, e de modo geral a percepção do processo de desenvolvimento era construído baseado em sociedades industrializadas (SANTOS, ET al, 2012, p.49), portanto a desigualdade entre as diferentes regiões se devia as diferentes fases de industrialização.

Na década de 1950 a indústria gaúcha constituía-se por processos de beneficiamento de produtos primários voltados a demanda interna e diretamente relacionada com a produção agrária local, devido a esta característica a produção estava limitada ao mercado gaúcho e de forma secundária ao mercado nacional (PEREIRA & ARENDT, s/d, p.08). Para ampliar sua importância no cenário nacional o governo gaúcho utilizou o endividamento como meio de financiar os investimentos necessários para superar os gargalos da economia gaúcha à industrialização. As medidas infra-estruturantes foram prioridades nos governos Walter Só Jobim (1947-1951) e de Ernesto Dornelles (1951-1955). Entretanto estes investimentos foram feitos de maneira contida, de forma que a dívida pública gaúcha não superou a arrecadação do estado.

As obras que caracterizam o período são os investimentos na construção de rodovias e no setor elétrico. Jobim criou a Comissão Estadual de Energia Elétrica, e o Departamento Autônomo de Carvão Mineral além de construir a primeira grande hidrelétrica do estado, o financiamento dessa obra se deu por meio de um imposto de eletrificação instituído em 1950, e de um empréstimo do Banco Internacional (MAESTRI, 2010, p.359). No final do governo Jobim a dívida chegava a 98% da arrecadação do estado. No governo de Ernesto Dornelles foi desenvolvido o I Plano de Obras, Serviços e Equipamentos que foi responsável por grandes investimentos, cerca de 60% da receita total do estado foi dividida entre o setor de transportes, sistema hidráulico educação e saúde. Mas, além do investimento em infraestrutura, o governo de Dornelles também foi responsável por uma política de “empreguismo”, que em 1955 despendia 77% da arrecadação com o funcionalismo público (MAESTRI, 2010, p. 366). Esse

¹ Segundo Diniz & Crocco (2006, págs. 9-10), o emprego de políticas *top-down* (desenvolvimento exógeno) marcou o período precedente a 1970, o qual serviu de inspiração na formulação de políticas nacionais de desenvolvimento, que posteriormente ficaram conhecidas como a “primeira geração de teoria econômica regional”, cuja gênese é o modo de produção fordista. Esta alvitava uma análise majoritariamente macroeconômica, baseada no keynesianismo, pressupunha que o processo de desenvolvimento gera desigualdades, portanto faz-se necessária a intervenção estatal. Sobre esta perspectiva, onde o crescimento econômico não ocorre simultaneamente em todas as partes do território, senão que de forma irregular e seletiva, surgem as teorias de desenvolvimento regional com ênfase nos fatores de aglomeração

elevado contingente de funcionários justifica-se pela precariedade da dinâmica gaúcha em gerar empregos, seja pelo pequeno contingente industrial ou pela agricultura latifundiária predominantemente extensiva. A criação de cargos públicos era um meio de ocupar a lacuna para os desempregados e assim ampliar o poder de compra do mercado interno (MAESTRI, 2010, p. 366).

No cenário nacional Getúlio Vargas (1951-1954) inicia seu segundo governo. Ele priorizou a industrialização do país respaldado pelas ideias desenvolvimentistas, o objetivo inicial era a busca pela estabilidade da balança de pagamentos. Mas algumas barreiras impostas pela situação econômica e social do país eram grandes problemas para a formulação de políticas. “O mercado de consumo urbano era limitado. A produção industrial assentava-se na extração de mais valia absoluta (...). A baixa capacidade de consumo da população urbana e rural impedia a produção em escala e a introdução de tecnologias avançadas” (MAESTRI, 2010, p.364). O insucesso em suas projeções o levou a utilizar políticas contracionistas. Em 1953 Vargas alterou seus Ministros como meio de acalmar a pressão popular que o cercava. Oswaldo Aranha novo Ministro da Fazenda lançou o Plano-Aranha, que, propunha cortar os gastos públicos em todas as esferas. A principal ferramenta utilizada foi a Instrução 70 da SUMOC². A medida apresentou resultados positivos. Porém, no Rio Grande do Sul, apesar de ser um incentivo a substituição de importações, não teve tamanho efeito. A produção de bens industriais nacionais, em 1949, tinha 7,9% de participação gaúcha, entretanto em 1959 esse total reduziu-se para 7%. A economia gaúcha tipicamente produtora de bens primários para o mercado interno e com uma dinâmica de acumulação de capital voltada para o setor não teve a mesma receptividade das políticas nacionais como outros estados³.

Nos governos de Jobim e Dornelles a renda cresceu significativamente e assim viabilizou os investimentos despendidos em cada período, mas no governo de Ildo Meneghetti isso não ocorreu. Em 1956 Juscelino Kubitschek toma posse, JK priorizou a elevação do capital industrial nacional. A Instrução 113 da Sumoc permitiu a importação de equipamentos

² Superintendência de Moeda e Crédito, a Sumoc era o órgão responsável pela política monetária anterior ao Banco Central. “Em 1953, a Instrução 70 da Sumoc condicionou as importações aos interesses industriais, mediante o leilão de divisas com câmbio diferenciado conforme a essencialidade da importação (os leilões passaram a representar uma importante fonte de arrecadação do Estado e mantinham a política cambial de favorecimento às indústrias substitutivas de importações). (GIFFONI, 2010)

³ A economia gaúcha (...), sempre se voltara para o abastecimento do mercado interno. Disto resultou, até meados dos anos 50, uma indústria de caráter regional, caracterizada pela produção de bens de consumo não duráveis, pelo aproveitamento das matérias-primas de base local em função de sua forte ligação com o setor agrícola e, também, voltada ao fornecimento de alguns equipamentos e insumos a esse mesmo setor e a outras indústrias. Desempenhando um papel periférico na economia e na política brasileira, o Rio Grande do Sul desenvolveu seu modo próprio de acumular riquezas e capitais. (PEREIRA & ARENDT, s/d, p.07)

industriais sem cobertura cambial o que levou a criação de capitais estrangeiros no país. “A medida pôs fim à experiência da Fabrica Nacional de Motores e degradou o balanço das contas do país, iniciando o processo de endividamento nacional junto ao capital financeiro mundial” (MAESTRI, 2010, p.368). Além disso, a construção do Brasília causou um processo inflacionário que deprimiu o poder de compra nacional, que foi ainda mais acentuado no RS devido à redução do mercado para os produtos gaúchos. A postura passiva em relação aos projetos nacionais fez com que Meneghetti apenas continuasse os projetos anteriores de ampliação da rede elétrica, melhorias no sistema de educação e conclui a ponte sobre o rio Guaíba idealizada por Ernesto Dornelles (MAESTRI, 2010, p. 370).

Em resumo a década de 1950 terminou no Rio Grande do Sul com a grande preocupação dos governadores em melhorar a infraestrutura do Estado. A industrialização foi nitidamente priorizada e as políticas utilizadas tiveram caráter intervencionista. No entanto as características do sistema de produção gaúcho não permitiram um crescimento apreciável. Nesse momento da história econômica brasileira as dívidas do Rio Grande do Sul já eram superiores aos demais estados, entretanto vale destacar que o RS sustentou seus investimentos e crescimento com recursos estaduais enquanto os investimentos da União eram reduzidos a um pequeno centro econômico nacional.

No período do Plano de Metas, o Rio Grande do Sul foi deixado de lado, no sentido de que recebeu uma parcela insignificante dos investimentos do governo federal para a promoção do desenvolvimento industrial. Nesse sentido, a década de cinquenta foi um período extremamente desfavorável para a indústria gaúcha, que cresceu não só abaixo da média nacional, mas significativamente aquém da taxa do complexo paulista (...). Assim, tendo o Rio Grande do Sul uma estrutura industrial de pequenas fábricas e baixa acumulação de capital, o resultado da integração e da característica de grandes unidades de produção no centro do país, aptas a atender o mercado interno, foi novamente, a perda de participação a nível nacional de suas indústrias (PEREIRA & ARENDT, s/d, p. 11).

Após o governo JK segue-se um período de contenção e contração econômica. Jânio Quadros presidente que sucedeu Juscelino presidiu em um cenário conturbado e instável. Jânio adotou uma política ortodoxa de combate à inflação, mas que gerou instabilidade interna e contribuiu para a renúncia do presidente em setembro de 1961. Com a desistência de Jânio adotou-se o regime parlamentarista e não permitiu-se a posse do vice-presidente o que foi contestado por Leonel Brizola, na época governador do estado do Rio Grande do Sul. Brizola manteve-se contra o parlamentarismo, ele defendeu que seria um atentado contra a Constituição. A resistência gaúcha causou comoção nacional, nesse momento Leonel ganhou popularidade. Mas a oposição gaúcha de nada serviu perante a aceitação do parlamentarismo pelo vice-presidente. “A década de 1960 inicia com um crescente processo inflacionário e

baixo crescimento econômico (...). Com baixo crescimento e inflação alta, as receitas do Estado não cresceram” (KOPS apud BOROWSKY, 2012 p 33).

Em 1963, João Goulart assume o cargo após. O seu Ministério é composto por grandes intelectuais brasileiros entre eles Celso Furtado que foi responsável pelo Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social. O Plano tinha como objetivo a estabilização da economia. Furtado sintetizou nesse plano medidas para combater a aceleração inflacional e a depreciação dos preços. Era um plano de estabilização que previa a redução dos gastos públicos, controle do crédito e correção dos preços, mas que levou a um aumento generalizado dos preços industriais. Esse aumento foi causado pelo medo dos empresários do controle de preços, e como medida preventiva elevaram o valor dos seus produtos.

O insucesso dos regimes adotados tornou a situação insustentável, as relações com os EUA pioravam, a dívida aumentava a inflação não foi controlada e o PIB crescia cada vez em ritmo menor, além disso a rotatividade dos políticos tornava as políticas ainda mais instáveis. João Goulart desistiu das tentativas de estabilização e dos regimes de gastos controlados e voltou a interferir na economia. Entretanto a recessão já estava estabelecida. O cenário conturbado levou a um quadro de descontentamento e revolta pública.

No mesmo ano em que João Goulart assumiu o cargo de presidente, Ildo Meneghetti voltou ao poder no Rio Grande do Sul. A sua eleição foi a expressão dos interesses dos conservadores gaúchos após um governo voltado para a defesa do trabalhador. Ildo não empreendeu grandes projetos ao longo deste mandato. O que marcou este período foi a ausência de resposta quando o golpe militar foi anunciado.

2- O MILAGRE ECONÔMICO

A destituição de Goulart pelos militares iniciou um período conturbado da história brasileira. A ditadura militar inicia-se com comando do Marechal Castelo Branco, e com a implementação, em novembro de 1964, do PAEG – Programa de Ação Econômica do Governo. Entre os objetivos do plano estavam: a recuperação do ritmo de desenvolvimento econômico, o combate à inflação, a redução das disparidades regionais e setoriais, a geração de empregos e a redução dos déficits na Balança de Pagamento. As ferramentas utilizadas foram o controle de gastos para que o déficit público não exercesse pressão inflacionária e reformas nas Políticas tributárias, monetária, e bancária. Por fim os investimentos públicos seriam usados para corrigir gargalos estruturais. No setor externo o PAEG previa incentivos

as exportações brasileiras, redução da dívida para obter financiamentos externos e fomento ao ingresso de capital estrangeiro.

Os resultados apresentados pelo PAEG foram insatisfatórios, quando comparado aos objetivos. A inflação manteve-se acima das taxas esperadas e o crescimento em nível inferior. Os meios de pagamento cresceram mais que as estabelecidas inicialmente, apenas os déficits ficaram dentro do previsto devido aos empréstimos privados no exterior e a taxa de câmbio em nível correto. As reformas possibilitaram a rápida ascensão econômica posterior.

No início de 1967, Castelo Branco foi substituído por Costa e Silva, nesse período desenvolveu-se o PED (lançado em 1968) formulado por Antonio Delfim Neto. O plano deveria reduzir a inflação e ao mesmo tempo fomentar o crescimento. Em 1968 o Plano Estratégico de Desenvolvimento – PED - foi lançado. O plano previa a estabilização dos preços, o fortalecimento da empresa privada, a melhoria da infraestrutura e ampliação do mercado interno. A política salarial e fiscal foi mantida. Mas a política monetária adotada teve caráter expansionista diferente da prevista pelo PAEG. Essa mudança ocorreu devido à falta de liquidez do ano anterior. Para evitar a elevação da inflação os preços foram controlados pelo Conep⁴.

Logo após a aplicação do PED Costa e Silva é afastado da presidência para posse de Médici em 1969. O plano tem continuidade no governo Médici, mas a política torna-se mais autoritária e violenta. O período é chamado de “anos de chumbo” e foi nesse intervalo de tempo que ocorreu o Milagre econômico brasileiro. Entre 1969 e 1973, o PIB brasileiro cresceu em média 11% ao ano e a política de expansão dos meios de pagamento e o controle de preços foram decisivos para os resultados obtidos. O setor privado foi o principal responsável pela elevação do crescimento, isso se deve ao crescimento do crédito.

Em síntese, a primeira década da ditadura militar foi extremamente positiva quanto a taxa de inflação a Balança de Pagamentos e a retomada de crescimento. O governo Médici beneficiou-se da redução da inflação do PAEG e pode observar os erros anteriores. O período do “Milagre” foi impulsionado pelo PED e por políticas mais austeras. O grande problema do período é que o crescimento foi financiado através do endividamento seja ele público ou privado e restrito as classes mais altas da sociedade.

O ano de 1974 inicia-se com a troca de presidentes, Médici é substituído por Geisel. O contexto político e econômico que Geisel assume era de grande dependência externa tanto pública como privada. O aumento da produção de bens duráveis também aumentou à

⁴ Comissão Nacional de Estabilização de preços.

dependência brasileira a importação de petróleo e derivados. O acréscimo da capacidade de produção de bens duráveis também tornou necessária a criação de um mercado consumidor.

A ampliação das importações e a maior dependência externa, acompanhada do maior montante de dívida externa tornou a economia brasileira mais sensível aos movimentos da economia mundial, principalmente a americana. O primeiro grande impacto foi o choque do petróleo em dezembro de 1973, causado pela elevação dos preços pela OPEP⁵ e permaneceu em alta até o ano de 1978, esta ação limitou o crescimento nacional.

Como forma de corrigir os entraves estruturais causadores da dependência nacional ao setor externo, em 1974, Geisel lançou o II PND. Os recursos para o investimento teriam origem de impostos e financiamento externo obtido por órgãos públicos. A melhora no cenário internacional em 1975 permitiu a realização de parte do Plano. O problema estava na taxa de inflação que voltou a crescer, como soluções políticas rígidas vigoraram.

Devido ao tempo de maturação dos investimentos do II PND, os efeitos foram divididos em dois períodos. O primeiro de elevação das importações e déficits na Balança de Pagamentos no governo de Geisel, e o segundo de expansão das exportações, retração da dependência externa e diversificação de produtos, período em que Figueiredo assumiu (1979) o cargo. O II PND permitiu, nos primeiros dois anos do governo Figueiredo, a elevação do PIB. A primeira medida do governo Figueiredo foi a desvalorização do real em 30%. Essa medida reduziu importações e elevou as exportações o que contribuiu para levar o Balanço de Pagamentos para uma situação superavitária. Além disso, utilizou de controle de gastos públicos e de restrição ao crédito.

Em 1979 com o segundo choque do petróleo os déficits no Balanço de Pagamentos tornaram-se ainda mais severos, Os países industrializados reduziram a demanda pelos produtos brasileiros e elevaram suas taxas de juros o que aumentou as dívidas e dificultou a obtenção de novos empréstimos. Mais uma vez o governa desvalorizou o real em 30%. A segunda fase do governo Figueiredo se encerra com a volta da inflação e recessão. Os meios de pagamentos cresceram negativamente e o crédito também. Esse fracasso levou a um plano político recessivo que se estendeu pelos próximos governos. Entretanto as melhorias infra-estruturais permitiram nesse período a consolidação de superávits e de crescimento econômico.

No Rio Grande do Sul, os governos estaduais posteriores ao de Ildo Meneghetti foram indicações dos militares. A posição em que eles se colocavam era totalmente submissa aos

⁵ Organização dos países exportadores de petróleo.

interesses federais, por esse motivo o período não foi de grandes projetos de investimentos em setores que resolvessem os gargalos internos, mas voltados aos problemas identificados pela União.

O primeiro governador indicado ao governo gaúcho foi o coronel Walter Peracchi Barcelos(1966-1971). Ele manteve-se subalterno ao poder ditatorial para manter-se no cargo. Não fez ações significativas para o Estado. A posição assumida por Peracchi Barcelos, como destaca Maestri (2010), não se mostrou diferente a da classe de proprietários sulinos, subalternos à hegemonia do Centro.

Vultosas operações de crédito foram realizadas no período de 1959 a 1967. Destaca-se que as operações realizadas até 1964 não eram corrigidas monetariamente, além de contarem com elevados prazos de amortização, que iam de 10 a 30 ou 40 anos, o que, de certa forma, minimizava o impacto do serviço da dívida naquele período. Após 1964, com a instituição de correção monetária e reforma financeira, implementadas pelo governo militar, os títulos públicos passaram a se tornar uma alternativa atrativa para os investidores particulares, uma vez que, até então, as poupanças privadas eram direcionadas, em sua maioria para ativos especulativos, como ouro, moedas estrangeiras, imóveis e estoques de mercadorias. (MOURA NETO, 1994, *apud* GARZELAS, 2000 p. 78).

A reforma tributária nacional do governo de Castelo Branco também ampliou as dívidas estaduais porque elevou a dependência do estado a outras fontes de financiamento. A partir de 1967 amplia-se a emissão de títulos da dívida estadual o que serviu como um meio de rolagem das pendências gaúchas. Nesse ano o serviço da dívida chegou a 7% da arrecadação.

A relação dívida/arrecadação iniciou a década de 1960 com a dívida estadual alcançando quase 100% da arrecadação e, entre 1961 e 1963 ficou acima da receita. Nos anos seguintes o valor diminui consideravelmente, alcançando seu patamar mais baixo em 1976 com cerca de 73% da arrecadação e fechou a década em 86,59%. Isso ocorreu não necessariamente pela redução do valor da dívida, mas pela elevação da arrecadação através dos títulos públicos.

A década de 1970 no Brasil foi marcada pelo chamado “milagre econômico”, um período de crescimento surpreendente, abundância de empréstimos estrangeiros, criação de empregos e inflação sobre controle.

Os governos de Euclides Teixeira (1971-1975) e Sinval Sebastião Duarte Guazzelli (1975-1979) seguiram os moldes do governo de Barcelos. Teixeira promoveu a expansão da cultura da soja no estado dado que o preço do produto era alto. Duarte Guazzelli governou o estado quando o mesmo enfrentava o fim das terras produtivas o que reduziu seu crescimento e marcou o fim da elevação da produção de soja. Neste período embora o estado tenha

mantido taxas de crescimento positivas a sojicultura impactou no crescimento gaúcho devido ao fim das terras cultiváveis.

A década de 1970 caracterizou-se pelo financiamento, não somente para o setor público, mas também para aplicações financeiras, através de concessões de crédito e déficits orçamentários. Em torno de 50% do gasto público era financiado com capital de terceiros e a dívida com títulos passa a ser o principal instrumento de financiamento. Mesmo assim, o déficit público teve uma participação menor que 1% no PIB na década de 60, e 6% na década de 70. A média da inflação no RS entre os anos de 1970 e 1979 foi de 2.30 % ao mês e os investimentos do setor público, ocupavam em torno de 30% da dívida em 1970.

3- O PROCESSO DE REDEMOCRATIZAÇÃO E AS POLÍTICAS NEOLIBERAIS

A década perdida, como ficou conhecida a década de oitenta, foi um período de estagnação econômica que abalou a América Latina. No Brasil, este resultou ser o final do ciclo de expansão vivido nos anos 70 (milagre econômico), trazendo consigo o endividamento, desemprego e altas taxas de inflação, provocadas pelas políticas monetárias expansionistas utilizadas após 1985. Além destas características a década de 1980 também dá início ao processo de privatizações e liberação da economia. A intensificação do processo de globalização e redução da participação estatal na economia. Essas políticas⁶ inicialmente foram implantadas no processo de redemocratização do país comandado por José Sarney.

No Rio Grande do Sul, o primeiro governador eleito após a ditadura foi Jair Soares em 1982 sendo ainda um representante do governo militar, “durante seu governo (...) no contexto da forte depressão da economia nacional e regional, o Rio Grande endividou-se fortemente, crescendo a dívida pública regional em quase 40%” (Maestri, 2010, p.394). Em 1986 assume Pedro Simon (1986 – 1990), Simon adotou uma política rígida no âmbito social, atuando como facilitador para a promoção de investimentos no setor industrial do estado. Mas o governo de Simon foi fortemente abalado com a isenção do ICMS dos produtos primários exportados e importados, estabelecida pelo governo federal, tornando ainda mais grave a crise

⁶O Plano Cruzado, primeiro Plano do governo Sarney, previa a reforma monetária e congelamento dos preços vigiados pela população e controlados pela SUNAB (Superintendência Nacional de Abastecimento e Preços), porém o plano falhou em alguns aspectos, causando um superaquecimento da economia. Em 1986 foi lançado o Cruzado II, o qual levou ao descongelamento dos preços em 1987 e fim do Plano Cruzado. A segunda tentativa frustrada de conter a inflação e estabilizar a economia veio com o Plano Bresser e o Plano Verão. Posteriormente, em 1989 foi posto em prática o “Plano Verão” que aboliu a indexação, e causou uma elevação de 80% da inflação.

gaúcha. Além disso, fruto da submissão ao poder central, vários bancos da região sul foram fechados.

Durante a década de oitenta a dívida gaúcha elevou-se rapidamente de 4,3% em 1979 para 17,2% do PIB em 1989 como mostra a Tabela 3.1. A média inflacionaria no RS, entre a implantação do Plano Cruzado, e a Implantação do plano Verão foi de 16,7% ao mês. Neste período, tanto no Brasil quanto no RS os governos recorriam à criação de dinheiro inflacionário para o pagamento da dívida, no Estado, essa medida ajudou a reduzir o déficit orçamentário e primário, deixando-os próximos de 0,5% do PIB em 1988. De acordo Borowski, nesse momento é dado o primeiro passo para a negociação e controle da dívida publica Estadual,

A década de 80 termina com tentativas de acerto das dívidas entre os Estados e a União. Um dos acordos foi através da lei 7.976, em 1983, que significou a primeira grande negociação de dívidas estadual e um embrião para o acordo de 1998. As dívidas abrangidas pelo acordo de 1983, foram quitadas somente em 2008, no governo de Yeda. (Borowski, 2012, p.42)

Tabela 3.1: Dívida e déficit público no Rio Grande do Sul

Dívida e Déficit Público do RS (% PIB)				
Ano	Dívida Pública	Serviço da Dívida	Déficit Primário	Déficit Orçamentário
1975	2,5	0,9	1,32	0,53
1976	2,9	0,7	1,51	1,04
1977	2,8	0,9	0,20	0,35
1978	3,8	0,7	0,76	-0,16
1979	4,3	1,1	0,72	0,27
1980	3,6	1,2	0,57	0,30
1981	5,3	1,0	1,39	0,34
1982	7,2	1,1	2,15	0,87
1983	7,6	1,8	1,74	3,17
1984	8,6	2,2	1,17	1,47
1985	8,9	2,3	1,37	5,01
1986	6,7	1,4	0,83	1,24
1987	12,0	2,2	0,62	0,48
1988	14,4	3,1	0,61	0,44
1989	17,2	2,1	1,36	-0,08

Fonte: Fundação De Economia E Estatística (FEE) e Secretaria da Coordenação e Planejamento (SCP)

A década de 1990 inicia-se no Rio Grande do Sul com a posse de Alceu Collares (1991-1994), quem assumiu a ideia de revolucionar a educação como fez Leonel Brizola.

Houve aumento das vagas sem expandir o investimento, além da mudança no calendário letivo e de mudanças nos planos de carreira dos professores (MAESTRI, 201, p.400). Após o governo de Collares, assumiu o cargo Antonio Britto em 1995. Britto foi um expoente da desnacionalização da economia brasileira, das privatizações e liberação econômica condizente com os objetivos dos governos federais. Em seu governo Britto vendeu várias empresas estaduais e financiou o capital estrangeiro em solo Rio-Grandense, apesar do choque imposto pelo Plano Real na dívida gaúcha. “ O estoque da dívida quase triplica em apenas 4 anos, durante o governo Britto. Este processo é o que chamamos de “final de linha”” (BOROWSKI, 2012, p.44)

3.1 - O Plano Real

O Plano Real teve início no ano de 1994, com o objetivo de controlar a hiperinflação no Brasil. Este foi o único programa eficaz, entre os diversos planos utilizados com o fim de acabar com a inflação e promover o crescimento econômico, de maneira a atrair novos investimentos e elevar a riqueza nacional. Entre os efeitos provocados pelo plano Real estimados pelo IPEA, encontram-se: o aumento da capacidade de consumo da população, a expansão em vários setores da economia e aumento no nível de renda e na arrecadação. Não obstante, a implantação deste, gerou altos níveis de taxas de juro, impactando negativamente o saldo das dívidas Estaduais e Federais.

No Rio Grande do Sul, a queda da inflação junto ao aumento nos juros originou um desequilíbrio, provocando um disparo na dívida pública estadual. O gráfico 3.1 abaixo mostra a evolução na dívida pública estadual entre a década de 1970 e 2010, nele, percebe-se o salto da mesma no período imediatamente posterior à implantação do plano real em 2004.

Isto significa que a política monetária de juros reais do Governo Federal foi responsável pelo crescimento vertiginoso de grande parte da dívida do Estado. Em outros termos, parte da expansão da dívida deve-se ao crescimento da taxa Selic no período de implantação do Plano Real (Santos 2005).

Gráfico 3.1: Evolução da dívida pública estadual do Rio Grande do Sul



Fonte: Secretaria da Fazenda, Rio Grande do Sul.

4- MUDANÇA DE SÉCULO E UMA NOVA FASE DA DÍVIDA PÚBLICA ESTADUAL

O Rio Grande do Sul iniciou após o acordo de 1998⁷ uma nova fase, agora, menos grave que a anterior. Graças ao acordo realiza-se pela primeira vez um pagamento efetivo da dívida pública do Estado, sem rolagem de títulos; existem controvérsias a respeito da eficácia do mesmo, porém, é possível observar no gráfico acima, que após a negociação de 1998, a dívida manteve-se relativamente estável. Borowski afirma que,

O grande diferencial antes e depois do acordo é o fato de que no período anterior os gestores podiam “rolar a dívida”, ou seja, efetuar despesas com o serviço da dívida, com mais dívida. Em que pese à tentativa de ajustar o serviço da dívida pelo seu “resultado líquido” é evidente que antes de 1998 as facilidades para administrar a dívida eram maiores. Após o acordo, não existe nenhuma mágica. É pagar, contabilizar, sem qualquer possibilidade de manobra. (Borowski, 2012)

A tabela 4.1 mostra que, pelo menos a partir de 1999 a dívida pública em termos do PIB manteve-se constante, girando entorno de 20% do mesmo, fora em 2002 onde houve uma menor taxa de crescimento do PIB segundo dados do IBGE (Fonte). A porcentagem do produto destinada ao pagamento do déficit aumentou entre os anos de 1999 e 2006 e a partir do ano de 2002 o Rio Grande do Sul obteve superávits primários consecutivos em termos de

⁷O acordo previa o pagamento da dívida em quarenta anos com uma taxa de juros de 6% ao ano

PIB, não obstante, o Estado apresentou déficits orçamentários entre 1999 e 2006, com exceção de 2002.

Tabela 4.1: Evolução da dívida pública (%PIB)

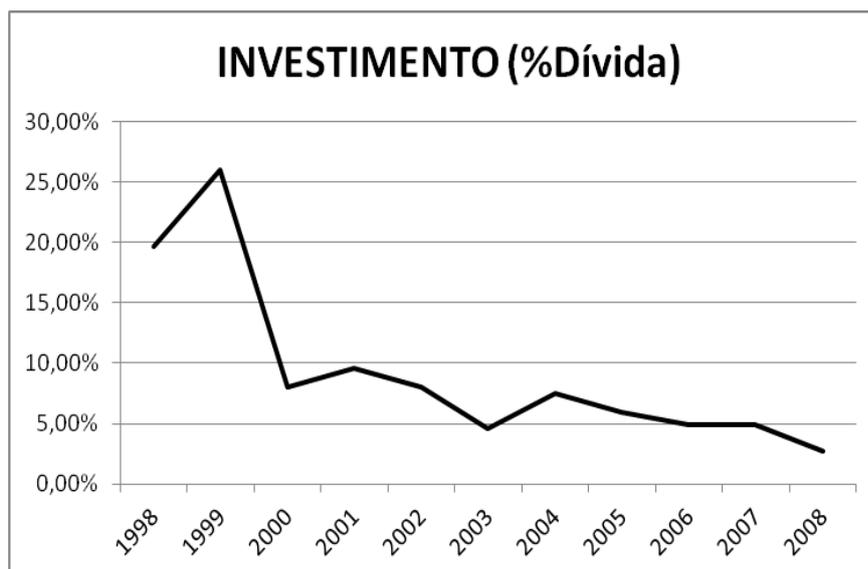
Ano	Dívida Pública (% PIB)	Serviço da Dívida (% PIB)	Déficit Primário (% PIB)	Déficit Orçamentário (% PIB)
1999	20,6	0,94	0,39	1,02
2000	20,4	0,99	0,47	0,66
2001	21,1	1,03	0,16	0,59
2002	23,6	1,15	-0,30	-0,14
2003	20,7	1,11	-0,15	0,05
2004	20,2	1,02	-0,12	0,53
2005	20,8	1,18	-0,47	0,51
2006	20,4	1,14	-0,51	0,39

Fonte: FEE e SCP.

No ano de 2005 o Estado passou por um período de seca intenso, causando a maior quebra de saca da sua história. Segundo Borowski (2012), este fenômeno provocou um resultado negativo do PIB, provocando a queda das receitas, as quais aumentaram os encargos com a dívida.

Cabe ressaltar que o controle da dívida do Estado após o acordo de 1998, só foi possível graças à adoção de políticas contracionistas, ou seja, diminuição dos gastos, e aumento dos tributos com o fim de aumentar as receitas (as receitas tributárias são as principais fontes de recursos no Rio Grande do Sul, segundo dados da Secretaria da Coordenação e Planejamento). O corte no gasto do Estado, trás com sigo, um custo alto para a sociedade, já que nele estão incluídos os investimentos, que incluem serviços à população nas áreas de educação, saúde, e segurança. No gráfico 3.1 que mostra a evolução dos investimentos em porcentagem do déficit, observa-se uma queda significativa dos investimentos após o acordo de 1998, causado pela mudança na política fiscal do governo Estadual provocada pelo mesmo.

Gráfico 4.1: Investimento



Fonte: Secretaria da Fazenda, Rio Grande do Sul.

Para mostrar o impacto social da queda dos investimentos a tabela 4.2 apresenta a evolução dos gastos públicos com educação, saúde e segurança pública para o período compreendido entre 2000 e 2006. Nela, constata-se que o investimento em educação em relação à RCL foi sendo reduzido gradativamente no período passando de 29,7% do PIB em 2000, para 14,5% das Receitas em 2006. No que diz respeito à saúde, o investimento diminuiu até o ano de 2003 em 1,6 pontos percentuais, tornando a aumentar em 2004.

Tabela 4.2: Gastos com educação, saúde e segurança pública no Rio Grande do Sul

Gastos com Educação, Saúde e Segurança Público no RS (deflacionados pelo IGP-DI)						
Ano	Educação		Saúde		Segurança Pública	
	Valor (R\$ milhões)	(% RCL)	Valor (R\$ milhões)	(% RCL)	Valor (R\$ milhões)	(% RCL)
2000	3.549	29,7	854	7,1	1.227	10,3
2001	2.490	20,0	795	6,4	1.275	10,2
2002	3.344	30,3	626	5,7	1.079	9,8
2003	3.201	27,8	635	5,5	1.175	10,2
2004	2.408	21,1	971	8,5	1.059	9,3
2005	1.851	14,3	978	7,6	1.118	8,7
2006	1.948	14,5	990	7,4	1.222	9,1

Fonte: Secretaria da Fazenda. Rio Grande do Sul.

Em 2008⁸ com a explosão da crise, ocorre uma queda significativa nas exportações de calçados gaúchos, na época, o setor já sofria quedas devido à concorrência com a China. Com respeito a dívida, houve um aumento de aproximadamente cinco bilhões de reais de reais entre 2007 e 2008 (segundo dados do balanço geral do Estado publicados no relatório anual da dívida), sendo que, a primeira grande negociação da dívida do Estado, que ocorreu em 1983, foi quitada em 2008 no governo Yeda. Porém em 2009 foi tomado um novo empréstimo junto ao banco mundial, para financiamento, com o fim de pagar taxas de juros pré-fixadas, que por muito tempo representaram um ganho de valor.

Nos últimos anos a dívida pública estadual torna a aumentar, a tabela 4.3 mostra um aumento gradativo do endividamento Estadual, tanto com a união, quanto com dívidas interna e externa. Segundo dados do Balanço geral do Estado, em 2012 a dívida do Estado representava mais que o dobro das suas Receitas, correspondente a R\$47,1 Bilhões.

Tabela 4.3: Composição da dívida

ANO	Dívida Com A União	Dívida Interna	Dívida Externa	Dívida Total	RLR	Pagamento da dívida %RLR
2007	32.067.072.971	33.057.223.662	698.528.839	33.755.752.501	10.985.245	16,3%
2008	35.768.060.316	35.784.250.709	2.342.607.987	38.126.858.691	12.191.363	15,4%
2009	35.285.190.261	35.302.366.795	1.660.815.358	36.963.182.153	13.728.122	14,7%
2010	38.334.699.132	38.352.592.064	2.282.751.347	40.635.343.410	14.595.631	14,2%
2011	40.714.947.398	40.733.876.260	2.488.747.509	43.222.623.769	17.355.696	14,4%
2012	44.253.727.356	44.723.898.030	2.905.734.159	47.179.632.189	18.299.886	16,0%

Fonte: Balanço geral do Estado, Relatório anual da dívida 2010 e 2012

⁸A crise econômica mundial de 2008 teve origem no setor imobiliário dos Estados Unidos, é considerada como uma das mais rigorosas que surgiram. Segundo Assaf Neto (ano, página), sua origem é explicada pela série de eventos que ocorreram com a globalização da economia, com a ampla desregulação do setor financeiro, redução dos juros, alta liquidez dos agentes econômicos, forte aumento da competitividade, etc.No mundo, bolsas de valores foram fortemente atingidas, houveram problemas de liquidez nos bancos, migração dos investimentos para aqueles que ofereciam um menor risco, e contração da atividade econômica em vários países. Já o Brasil conviveu com a falta de crédito, inflação provocada pelo encarecimento das importações devido à desvalorização do real e aumento das exportações.

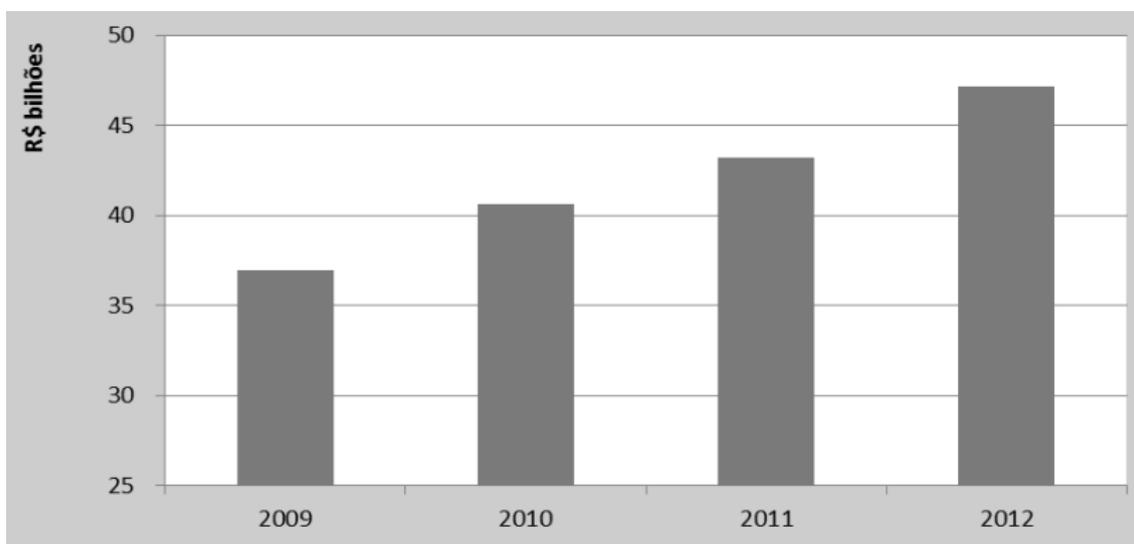
Atualmente a maior parte da dívida (94%) corresponde a dívida com a União, que assumiu no acordo de 1994 os débitos do Estado, com o parcelamento de dívidas previdenciárias, e com a emissão de títulos públicos. O restante, gerada principalmente por empréstimos para a quitação da dívida e apoio a programas de desenvolvimento, é a dívida junto aos bancos Mundial, Interamericano e do Japão em 2009.

Segundo uma publicação feita por Glenio Paiva, no portal de notícias do Estado, em 2012 o Estado tornou a ter como prioridade o Investimento nas áreas de saúde, educação e segurança, que apresentaram um aumento no ano. Nas palavras dele,

No caso da Educação, o Governo do Estado ainda aplicou 30% da receita líquida de impostos e transferências, frente a 28,3%, de 2011, sendo que o gasto com pessoal da educação teve um acréscimo de R\$ 785,9 milhões. Na Segurança Pública, o valor da folha de pagamento cresceu R\$ 395,4 milhões. Também houve uma evolução significativa na Saúde, com incremento de R\$ 380,2 milhões nos valores aplicados, sendo que o percentual da receita comprometido com essa rubrica saltou de 8,1% para 9,3%, sem considerar os gastos com saneamento. (FONTE)

A obtenção de recursos para esta ampliação dos gastos se deu a partir de financiamentos e recursos do orçamento da união, o que explica parte do comportamento da dívida no gráfico 4.2. No período a dívida também foi aumentada, devido a correções feitas de acordo com IGP-DI , que aumentaram o saldo da dívida em 3 bilhões em 2012, segundo o relatório anual da dívida.

Gráfico 4.2: Dívida da administração direta do Estado.



Fonte: Relatório anual da dívida 2012

É importante ressaltar, que o Rio Grande do Sul iniciou após o acordo de 1998 uma nova etapa na qual a dívida manteve-se relativamente estável. Não obstante, o pagamento da dívida, significou uma redução importante nos investimentos, inclusive os direcionados á educação, saúde e segurança. Após a crise de 2008 as finanças estaduais mudam de fase novamente, há uma maior preocupação com os investimentos nas áreas antes prejudicadas pelo acordo de 1998, o que ocasiona junto com novos empréstimos tomados para a quitação do déficit anterior, um aumento gradativo na dívida Estadual nos últimos anos.

5- CONCLUSÕES

A evolução da economia gaúcha possui forte associação com a economia Brasileira, pois esta sujeita á mesma política econômica e as mesmas condições de mercado externo, além de ter relações de comercio com a indústria brasileira. Porém, diferentemente de outros Estados e até mesmo do Brasil, o Rio Grande do Sul ao longo dos anos teve um desempenho insatisfatório no que diz respeito a sua má administração.

O Governo gaúcho por muito tempo alimentou déficits consecutivos através de gastos elevados e do financiamento inflacionário da dívida, porém, a dívida até então não representava um problema para o Estado, pois as receitas superavam o déficit. Em 1987, no governo de Pedro Simon houve uma queda significativa na arrecadação do governo, devido ao corte do ICMS para produtos primários, sendo que o Rio Grande do Sul produz principalmente este tipo de produtos. Após a implantação do Plano Real no Brasil em 1994, a dívida do Estado disparou, duplicando-se em menos de três anos, atingindo valores acima das receitas. Em 1998, houve uma negociação da dívida que previa o seu pagamento em quarenta anos, o acordo foi acompanhado por políticas restritivas; fazendo com que o pagamento da dívida constitui-se-a num forte entrave ao desenvolvimento do Rio Grande do Sul.

O esforço ainda não conseguiu diminuir a dívida do Estado, que continua a aumentar. Este problema, que já dura quatro décadas, traz consigo uma série de entraves à economia gaucha, pois mesmo com o aumento significativo do PIB, restringindo a porcentagem de investimentos em áreas consideradas básicas para se obter um maior desenvolvimento do Estado, e melhora na qualidade de vida dos seus cidadãos. O governo encontra limites para acabar com a dívida já que uma grande parcela das suas receitas encontra-se comprometida com o pagamento da mesma, ao mesmo tempo é incapaz de elevar a arrecadação sem elevar a carga tributaria, e prejudicar a competitividade gaucha.

Atualmente são realizadas políticas para atrair investimentos privados estrangeiros, o que torna o crescimento do Estado dependente de capitais de terceiros, e provoca ganhos que muitas vezes não são repassados à população.

Antigamente o Rio Grande do Sul era um Estado-modelo para o Brasil, hoje em dia, sofre as consequências da má administração pública acumulada ao longo dos anos. Novos empréstimos tomados no governo Yeda, preocupam o futuro orçamentário do Estado, e o desenvolvimento das novas gerações, que continuarão pagando pelos excessos de gastos e restrições de investimentos que foram e continuam sendo adotados pelos governos.

1- BIBLIOGRAFIA

ABREU, Marcelo de Paiva. **“Inflação, estagnação e ruptura: 1961-1964.”** In: A ordem do Progresso, por Marcelo de Paiva ABREU. Rio de Janeiro: Elsevier, 1990.

BOROWSKI, Edson Moraes. **O desequilíbrio Fiscal do Estado do Rio Grande do Sul: Causas, políticas de ajuste, e os efeitos sobre a sociedade gaúcha.** UFRGS, Porto alegre, 2012

Diniz, C. C., & Crocco, M. (2006). **Bases teóricas e instrumentais da economia regional e urbana e a sua aplicabilidade ao Brasil: Uma breve reflexão.** En Diniz Cléio Campolina, & M. Crocco, Economia Regional e Urbana: Contribuições Teóricas Recentes (págs. 9-31). Belo Horizonte: UFMG.

Org. GIAMBIAGI Fabio, VILLELA, André, CASTO, Lavinia de Castro, HERMANN, Jennifer. **Economia Brasileira Contemporânea (1945-2010).** Ed Elsevier. Rio de Janeiro, 2011

GARSELAZ, P. d. (2000). **Dívida Pública: uma abordagem teórica, um relato histórico e o caso do Rio Grande do Sul.** Porto Alegre.

GIFFONI, Manoel. **FAQ – Anos 1950: Getúlio Vargas e o desafio da indústria pesada.** Fichas Marra. 10 de Dezembro de 2010. <http://fichasmarra.wordpress.com/> acessado pela última vez em 11 de abril de 2014.

HERMANN, Jennifer. **“Reformas, endividamento externo e o "Milagre" econômico.”** In: Economia Brasileira Contemporânea [1945-2010], por Fabio

KOPS, CenoOdilo, **A dívida consolidada do Rio Grande do Sul de 1950 a 2000: a formação, o comportamento e o controle da principal fonte de financiamento do déficit do setor público gaúcho.** Dissertação de mestrado UFRGS, Faculdade de Ciências econômicas, 2004

MAESTRI, Mário. **Breve história do Rio Grande do Sul, da pré história aos dias atuais.** Passo Fundo: Ed. da Universidade de Passo Fundo, 2010.

MATTEO, Miguel. **Teorias do desenvolvimento territorial,** In Economia Regional e Urbana: teorias e métodos com ênfase no Brasil: IPEA, 2011.

MATTEO, Miguel & MENDEZ, Constantino Cronemberger. **Formação e evolução do planejamento regional no Brasil,** In Economia Regional e Urbana: teorias e métodos com ênfase no Brasil: IPEA, 2011.

MARQUES Junior, LIDERAU dos Santos. **A dívida pública do RS e a proposta de se recriar a dívida estadual junto aos bancos privados.** Textos para Discussão FEE N99, Porto Alegre, janeiro 2012.

NETO, Demosthenes Madureira de Pinho. **“O interregno Café Filho: 1954-1955.”** In: A ordem do Progresso, por Marcelo de Paiva ABREU. Rio de Janeiro: Elsevier, 1990.

PAIVA, Glenio, **Saúde, educação e segurança pública receberam mais recursos em 2012,** Portal do Estado do Rio grande do Sul, notícias do Estado, janeiro 2013. Disponível em <http://www.rs.gov.br/noticias>, acesso 09/2013

PASTORE, A. C., & PINOTTI, M. C. (2007). **O PAEG e as políticas econômicas dos anos 1960 e 1970. In: A. R. MOURA, PAEG e REAL, dois planos que mudaram a economia brasileira** (Vol. 1º edição). Rio de Janeiro: Editora FGV.

PEREIRA, José Maria Dias, e Marcelo ARENDT. **“O desenvolvimento da indústria gaúcha no século XX.”** UFRGS, Porto Alegre.

Relatório Anual da Dívida Pública Estadual, **Relatório anual 2010**, Secretaria da fazenda, Tesouro estadual, Porto Alegre, 2011.

Relatório Anual da Dívida Pública Estadual, **Relatório anual 2012**, Secretaria da fazenda, Tesouro estadual, Porto Alegre, 2013.

SANTOS, E. L. BRAGA, V. SANTOS, R. S. BRAGA, A. M. S. **Desenvolvimento: um conceito multidimensional.** Revista eletrônica desenvolvimento regional em debate. Ano2, n.1, jul.2012

SOUZA, N. d. (2007). **Desenvolvimento econômico do Rio Grande do Sul, da origem aos dias atuais.** Porto Alegre: PUC - RS.

VIANNA, Sérgio Besserman. **Dois Tentativas de Estabilização: 1954-1955.** In A ordem do progresso. Por Marcelo de Abreu Paiva. Ed. Elsevier. Rio de Janeiro, 1990.

ZAGO, Luiz Henrique. **Dívida pública Estado do Rio Grande do Sul: Possibilidades e alternativas para a renegociação do contrato.** UFRGS 014/98/STN/COAFI, Porto Alegre, 2012